



# Anais da Assembléia

Nº 31

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE MARÇO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**

1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**

2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**

1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**

2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**

3º Secretário - PSDB

**IRONDI PUGLIESI**

4º Secretária - PPB

**ANGELO VANHONI**

5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Bor-sato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Nei-vo Beraldin; PTB - 06: Ademair Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Co-lombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1997.**  
**(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademir Traiano, Alborghetti, Basílio Zanusso, Beto Richa, Cafo Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nêrone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmore Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

Ofício:

Senhor Presidente

Tendo em vista a convocação da Diretoria do BANESTADO para comparecer à Sessão Plenária em caráter especial nessa Casa de Leis, visando prestar esclarecimentos a respeito de assuntos específicos, relacionamos abaixo os administradores deste Banco, e das suas Empresas coligadas e controladas:

<b>EMPRESA: BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.</b>	
<b>CARGO</b>	<b>NOME</b>
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Miguel Salomão
DIRETOR-PRESIDENTE	Domingos Tarço Murta Ramalho
DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM O MERCADO	Atual: Wilson Mugnaini
DIRETOR DE CONTROLE	Ex: Alfredo Sadi Prestes
DIRETOR DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO	Wilson Mugnaini
DIRETOR DE INFORMÁTICA	Ricardo Saboia Khury
DIRETOR DE CÂMBIO E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS	José Carlos Galvão
DIRETOR DE OPERAÇÕES	Aldo de Almeida Junior
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO	Sérgio Elói Druszc
DIRETOR DE PRODUTOS E SERVIÇOS	Paulo Roberto Rocha Krüger
	Valmor Picolo

<b>EMPRESA: BANESTADO S.A. - CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	
<b>CARGO</b>	<b>NOME</b>
DIRETOR-PRESIDENTE	Carlos Antonio Valente de Castro
DIRETOR	<del>Paulo Roberto Gonçalves da Silva</del>

<b>EMPRESA: BANESTADO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL</b>	
<b>CARGO</b>	<b>NOME</b>
DIRETOR-PRESIDENTE	Atual: Domingos Tarço Murta Ramalho
DIRETOR	Ex: Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos
	Atual: Arlei Mário Pinto de Lara
	Ex: Jackson Ciro Sandrini

<b>EMPRESA: BANESTADO S.A. - REFLORESTADORA</b>	
<b>CARGO</b>	<b>NOME</b>
DIRETOR-PRESIDENTE	Valmor Picolo
DIRETOR	Geraldo Molina

Colocando-nos à disposição de Vossa Excelência, apresentamos os nossos protestos de estima e consideração, subscrevendo-nos

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) DOMINGOS TARÇO MURTA RAMALHO  
Diretor-Presidente

#### Indicações:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente

A finalidade do presente é encaminhar a Vossa Senhoria os nomes dos Deputados que farão parte das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

#### COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

Titular	Suplente
HORÁCIO RODRIGUES	LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares	Suplentes
EDUARDO TREVISAN	ADEMAR LUIZ TRAIANO
GERALDO CARTÁRIO	HORÁCIO RODRIGUES

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titular	Suplente
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI	GERALDO CARTÁRIO

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titular	Suplente
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI	MARQUINHOS ALVES

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular	Suplente
EDUARDO TREVISAN	GERALDO CARTÁRIO

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular	Suplente
ADEMAR LUIZ TRAIANO	LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### COMISSÃO DO MERCOSUL

Titular	Suplente
ADEMAR TRAINANO	EDUARDO TREVISAN

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular	Suplente
MARQUINHOS ALVES	HORÁCIO RODRIGUES

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Titular	Suplente
HORÁCIO RODRIGUES	MARQUINHOS ALVES

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular	Suplente
GERALDO CARTÁRIO	MARQUINHOS ALVES

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular	Suplente
EDUARDO TREVISAN	ADEMAR LUIZ TRAIANO

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titular	Suplente
HORÁCIO RODRIGUES	GERALDO CARTÁRIO

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Titular	Suplente
EDUARDO TREVISAN	LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### COMISSÃO EXECUTIVA

Titular	Suplente
ADEMAR LUIZ TRAIANO	GERALDO CARTÁRIO

#### COMISSÃO DE TURISMO

Titular	Suplente
MARQUINHOS ALVES	HORÁCIO RODRIGUES

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular	Suplente
HORÁCIO RODRIGUES	EDUARDO TREVISAN

Certo de sua atenção reiteramos os votos de estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Lider do PTB  
ADEMAR TRAIANO  
Vice-Líder do PTB

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente

Vimos pelo presente, encaminhar a Vossa Excelência, relação dos Membros das Comissões Permanentes, da Bancada do PSDB, nesta Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

Titular	Suplente
JOSE MARIA FERREIRA	ALBANOR GOMES
CARLOS SIMÕES	SERGIO SPADA

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular	Suplente
ALBANOR GOMES	CEZAR SILVESTRI

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Titular	Suplente
EDSON SILVA LINO	RICARDO CHAB

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular	Suplente
CEZAR SILVESTRI	ALBANOR GOMES

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular	Suplente
ALBANOR JOSÉ	CEZAR SILVESTRI

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular	Suplente
JOSE MARIA FERREIRA	BETO RICHIA

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titular	Suplente
EDSON SILVA LINO	CEZAR SILVESTRI

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Titular	Suplente
RICARDO CHAB	CARLOS SIMÕES

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

Titular	Suplente
SERGIO SPADA	EDSON SILVA LINO

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Titular	Suplente
SERGIO SPADA	ALBANOR GOMES

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

Titular	Suplente
BETO RICHIA	SERGIO SAPADA

**COMISSÃO DE TURISMO**

Titular	Suplente
SERGIO SPADA	RICARDO CHAB

**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

Titular	Suplente
JOSÉ MARIA FERREIRA	CEZAR SILVESTRI

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO**

Titular	Suplente
BETO RICHIA	CEZAR SILVESTRI

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19.03.1997.

(a) CEZAR SILVESTRI  
Líder do PSDB

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 419**

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário retirada por dez sessões do ITEM 01, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 041/95, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária. (19/03).

Sala das Sessões, em 19.03.1997.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 420**

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário retirada por dez sessões do ITEM 02, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 152/95, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária. (19/03).

Sala das Sessões, em 19.03.1997.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 421**

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário retirada por dez sessões do ITEM 04, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 419/95, de autoria do Deputado Beto Richa, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária. (19/03).

Sala das Sessões, em 19.03.1997.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 442**

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário retirada de votação do Projeto de Lei nº 349/95, por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 19.03.1997.

(a) DOUTOR ROSINHA

**REQUERIMENTO Nº 446-A**

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário retirada de votação do Projeto de Lei nº 373/95, por 10 (dez) sessões

Sala das Sessões, em 19.03.1997

(a) DOUTOR ROSINHA

**REQUERIMENTO Nº 444**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a organização nos dia 02 e 03.05.97 de um Seminário em Defesa da Saúde pela Implementação do SUS.

As despesas com convidados se dará através da hospedagem de 02 (duas) pessoas e as respectivas passagens de avião nos seguintes trajetos: Curitiba - São Paulo, São Paulo - Curitiba.

Requer também a confecção de 2.000 (dois mil) folheters e 2.000 (dois mil) cartazes, ambos em duas cores. Tal Seminário será feito em conjunto com o SINDISAÚDE e no espaço da APP-SINDICATO.

Além das despesas com passagens a Assembléia arcará com a impressão, correio e divulgação.

Sala das Sessões, em 19.03.97

(a) DOUTOR ROSINHA.

**REQUERIMENTO Nº 416**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovada por esta Assembléia Legislativa Moção de Apoio aos Municípios, não só do Paraná, como de todo Brasil, objetivando a não prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, cuja extinção está prevista para 30 de junho do corrente ano, conforme Emenda Constitucional nº 10, de 04 de março de 1996.

Requer, outrossim, sejam encaminhados expedientes nesse sentido, ao Excelentíssimo Senhor, Fernando Henrique Cardoso, DD. Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Pedro Sampaio Malan, DD. Ministro da Fazenda.

Sala das Sessões, em 19.03.97

## JUSTIFICATIVA:

Criado provisoriamente pelo Governo Federal, através da Emenda Constitucional nº 10, de 04.03.96, para que este pudesse administrar a dívida pública que assola o País, o Fundo de Estabilização Fiscal retira dos Estados e Municípios uma grande parcela de recursos que lhes deveriam ser repassados.

Com tal medida, os Estados e Municípios, cumprindo a medida constitucional amparada, tiveram uma grande queda de receita, passando a enfrentar sérias dificuldades financeiras, porém, confiando que seriam passagens, visto que o referido Fundo de Estabilização Fiscal tinha data prefixada para sua extinção, ou seja, 30 de junho de 1997.

Entretanto, até o presente momento, o Governo Federal não diminuiu despesas, não conseguiu aprovar as reformas administrativas e, além disso, criou programas que aumentaram as despesas, apesar de ter instituído a CPMF, com o intuito de obter mais uma fonte de receita.

Agora, a imprensa nacional vem divulgando que o Governo Federal pretende prorrogar a validade de Fundo de Estabilização Fiscal, fato que vem alarmando as administrações estaduais e municipais, que enfrentam árdua luta para atender os problemas básicos de sua população, a fim de evitar a fome, o desemprego e o conseqüente aumento da criminalidade.

Face ao exposto, manifestamos aqui a nossa preocupação e apelamos a este Plenário para que apoie este requerimento, objetivando a extinção do Fundo de Estabilização Fiscal na data anteriormente prevista.

## REQUERIMENTO Nº 417

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Congratulações e Aplausos à Sociedade do Norte do Paraná, pela realização da XXVI Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Paranavaí.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Eduardo Ferreira Baggio, Presidente da Sociedade Rural do Norte do Paraná, bem como ao Dr. Antonio Teruo Kato Prefeito de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 19.03.97

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

Apoiamento: Walmor Trentini.

## JUSTIFICATIVA:

A Agricultura como fator de conscientização da comunidade rural e da população como um todo, é o melhor caminho. É por este ângulo que vemos a atuação acertada e eficiente da Diretoria da Sociedade Rural do Norte do Paraná, juntamente com o Senhor Prefeito de Paranavaí, em promoverem a XXVI Exposição Feira Agropecuária e Industrial. A maior ou menor intensidade do Parque Industrial de um povo é o índice mais seguro de seu progresso. Só os povos civilizados possuem indústrias. Só os povos que possuem indústrias próprias se podem considerar economicamente independentes. Os povos que não possuem essa alavanca propulsora da riqueza, permanecerão eternos caudatários dos municípios industrializados.

Eis porque muitos são de louvar aqueles que se propõem a dotar o seu município de novas indústrias em qualquer ramo que se capitulem. Sejam das indústrias extrativas, agrícolas, comerciais, manufaturadas ou de transportes, é o caso de Paranavaí, que em breve pelo fluxo de negócios que fatalmente atrairá, sentirá como que um novo sangue a circular-lhe nas artérias, e o erário público com a arrecadação que daí advier, verse-á em

melhor situação para enfrentar os problemas da administração pública.

Que a Sociedade Rural do Norte do Paraná e a Prefeitura Municipal de Paranavaí prosperem, produzindo os almejados frutos, são os votos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado e para galardão de seus organizadores e felicidade de toda a sociedade da região de Paranavaí.

## REQUERIMENTO Nº 418

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de União da Vitória pelo transcurso de seus 107 anos de emancipação política, no próximo dia 27 de março de 1997.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Pedro Ivo Ilkiv, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Senhor Dr. Henrique Cezar Guzzoni, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 19.03.97

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

## JUSTIFICATIVA:

Fundada pelo Coronel Amazonas de Araújo Marcondes um verdadeiro bandeirante, que lançou sementes do Desenvolvimento da região, implantando o sistema de transporte a vapor, promovendo com seu pioneirismo um surto de progresso incomparável, motivando o governo, através do Decreto nº 54 de 27 de março de 1890, a elevar a então Freguesia de Porto União da Vitória, a categoria de Vila, e pelo Decreto nº 55 do mesmo dia, mês e ano, passou à categoria de Município, desmembrado do Município de Palmas.

O desenvolvimento da cidade, através dos anos, pela iniciativa privada, exigiu, em contrapartida, esforços concentrados da administração municipal, com execução de obras de infra-estrutura objetivando dar melhores condições de vida ao seu povo.

União da Vitória é o Município da Região Sul do Paraná que mais cresce. Sua economia está baseada na indústria de transformação, agropecuária, comércio e serviços. No setor industrial a cidade concentra cerca de 187 empresas, a maioria do ramo madeireiro. Entre as 50 maiores madeireiras do Paraná, 09 estão instaladas em União da Vitória. As atividades dessas empresas incluem serrarias, laminados, fábrica de compensados, pasta mecânica para papel e papelão, esquadrias e móveis.

União da Vitória, nesses 107 anos, se consolidou como principal polo de desenvolvimento da importante região Sul do Paraná, e como porta de entrada para o vasto e rico oeste catarinense, juntamente com a cidade gêmea de Porto União.

Portanto, é com muito orgulho que toda a população comemora, a passagem dos 107 anos de emancipação política, festivamente.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, presta sua homenagem de gratidão e reconhecimento a todos que de uma forma ou de outra dão sua parcela de contribuição para o marcante desenvolvimento da região.

## REQUERIMENTO Nº 430

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da ses-

são de hoje, Voto de Congratulações as Faculdades Integradas da Sociedade Educacional Tuiuti - Fiset, alusivos a inauguração do Laboratório de Prótese Modelo, a realizar-se no próximo dia 20 de março corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Reitor daquela Sociedade Educacional, Cel. Sydnei Lima Santos, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marcelino Champagnat nº 505, Mercês, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 431

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Jornal Diário da Manhã, de Ponta Grossa - Paraná, alusivos a passagem do 10º Aniversário de Fundação, no dia 18 próximo passado.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor daquele jornal, Senhora Adail Inglês, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Balduino Taques nº 890, Ponta Grossa - Paraná.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 440

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício aos Excelentíssimos Senhores Deputados Rubem Medina, Presidente; Hugo Rodrigues da Cunha, 1º vice-Presidente; Neuto de Conto, 2º vice-Presidente; José Carlos Lacerda, 3º vice-Presidente; e Edison Andrino, Nair Xavier Lobo, Odacir Klein, Paulo Ritzel, Francisco Horta, Lima Neto, Marilu Guimarães, Raimundo Colombo, Antônio Balhmann, Luiz Fernando, Renato Johnsson, Wilson Campos, Aldo Arantes, Hugo Rodrigues da Cunha, João Fassarella, Márcia Cibillis Vianna, Enivaldo Ribeiro, Herculano Anghinetti, João Ribeiro, Lamartine Posella e Israel Pinheiro, membros titulares da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados, solicitando apoio à aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.735, de 1996, que cria área de livre comércio no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(aa) Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Doutor Rosinha, Remy Borsatto, Edson Silva Lino, Péricles Mello, Sâmis da Silva, Toti Colaço, Antonio Annibelli, Nelson Garcia, Walmar Trentini, Luiz Accorsi, Hidekazu Takayama, Luiz Carlos Zuk, Horácio Rodrigues, Ricardo Chab, Durval Amaral, Carlos Simões, Julio Ando, Cezar Silvestri, Orlando Pessuti, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano, João Techy e José Maria Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

Tramita na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados, um Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1735, de 1996, criando área de livre comércio no Município de Foz do Iguaçu.

Trata-se de uma antiga reivindicação da sociedade iguaçuense, que busca outras alternativas para o seu crescimento econômico e social.

A população de Foz cresceu demasiadamente nos últimos anos, provocando sérias consequências sociais, como o desemprego, por exemplo.

Baseada sua economia no turismo, esse setor vem sofrendo significativamente por diversos fatores, que estão levando o segmento hoteleiro, um dos maiores do

país, à insolvência.

Não possuindo Foz do Iguaçu, outras fontes de renda, vemos que somente a implantação de uma área de livre comércio poderá proporcionar a salvação da sua economia, provocando certamente, também, o progresso de municípios vizinhos.

#### REQUERIMENTO Nº 422

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de proceder reparos nas ruas da Vila Santa Angela - Ferraria, devido as mesmas encontrarem-se intransitáveis e cheias de buracos. O pedido está sendo feito em nome de toda a comunidade que vem sofrendo com o problema.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 423

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Magro, no sentido de atender o pedido da moradora da Rua Francisco Basso nº 90, a qual solicita o manilhamento de um valetão que passa pelo seu terreno e que serve de escoamento do esgoto de todos os moradores residentes na rua acima. A situação é crítica pois o mau cheiro é insuportável, há muitos pernalongos, baratas e borrachudos que se procriam na água parada. Diante dos fatos, a requerente solicita uma solução para esse problema que muito lhe vem prejudicando.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 424

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Bairro Jardim Santa Rita - Tatuquara, tendo em vista que a população está desprovida de segurança. Ocorrem roubos, assaltos e todos os moradores encontram-se muito apreensivos. A presença constante de policiais com certeza coibirá a ação dos desocupados e deixará a população mais tranqüila.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 425

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de providenciar os serviços de entregas de correspondências no Bairro Jardim Santa Rita - Tatuquara, uma vez que a comunidade não dispõe desse benefício. O pedido está sendo feito pelos moradores da Travessa B, uma vez que estão sendo muito prejudicados com a falta desse serviço de utilidade pública.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Digníssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a inclusão do Município de Mariluz, no Programa "Linha do Ofício".

O referido programa desenvolvido pela Pasta da Criança, vem de encontro às necessidades do Município de Mariluz, no sentido de viabilizar a capacitação profissional das crianças e jovens de baixa renda, permitindo-lhes com maior facilidade o ingresso no mercado de trabalho.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Hilmar Rubens Miyakawa, Prefeito Municipal de Mariluz; Senhor Osni Dettmer, Encarregado Social (Prefeitura Municipal - Av. Marília, 1920); e ao Vereador João Lemes Barbosa de Queiroz, Presidente da Câmara Municipal (Av. Marília, 1690) CEP: 87.470-000.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 427

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica do trecho de acesso do Distrito de Jangada a PR 486, no Município de Cafezal do Sul.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Shizuo Takada, Prefeito Municipal (Av. Italo Orcelli, 796); ao Vereador Augusto Cogo (Presidente da Câmara Municipal) e a Vereadora Hilda Aparecida Matoso Guimarães (Av. Italo Orcelli, 658) CEP: 87.567-000.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação fundamenta-se na Indicação nº 038/97 de autoria da Vereadora Hilda Aparecida Matoso Guimarães, onde expõe a necessidade da pavimentação asfáltica do referido trecho.

Além de ser uma antiga aspiração da população, o trecho em questão encontra-se em péssimo estado de conservação resultando em sérias dificuldades no setor de transporte de cargas, principalmente na época de comercialização da safra agrícola, como também no trânsito dos moradores das localidades que em dias de chuva o acesso se torna difícil.

#### REQUERIMENTO Nº 428

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a duplicação do trecho compreendido entre o Posto Gauchão e trevo da mariluz, na BR 323 em Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scanavaca, Digníssimo Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 CEP: 87501-130); ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863 - CEP: 87.502-080); e ao Senhor Luiz Simoni, Secretário de Obras e Urbanismo de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87.501-130).

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação fundamenta-se em expediente re-

cebido da Secretaria de Obras e Urbanismo do Município de Umuarama, no qual justificam a necessidade de duplicação do trecho compreendido entre o Posto Gauchão e o trevo de Mariluz, na BR 323 em Umuarama, considerando que muitos acidentes têm acontecido no referido local, alguns de muita gravidade e até fatais, trazendo grandes transtornos aos munícipes.

Desta forma, esperamos a colaboração desta Pasta, no sentido de viabilizar a duplicação em questão, para que o trânsito se torne mais tranquilo e seguro àqueles que necessitam utilizá-lo diariamente.

#### REQUERIMENTO Nº 429

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, Digníssimo Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a construção de uma Quadra Esportiva Polivalente na Escola Municipal do Distrito de Jangada.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Shizuo Takada, Prefeito Municipal (Av. Italo Orcelli, 796); ao Vereador Augusto Cogo, Presidente da Câmara Municipal (Av. Italo Orcelli, 658) e Vereadora Hilda Aparecida Matoso Guimarães (Av. Italo Orcelli, 658) CEP: 87.567-000 Cafezal do Sul.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação fundamenta-se na Indicação nº 037/97 da Câmara Municipal de Cafezal do Sul, através da Vereadora Hilda Aparecida Matoso Guimarães, que expõe a necessidade de uma quadra esportiva polivalente no referido estabelecimento de ensino.

A Escola Municipal do Distrito de Jangada conta um número elevado de alunos, e a ausência de uma quadra esportiva muitas vezes inviabiliza a disciplina de educação física, pois as condições meteorológicas nem sempre são favoráveis à prática esportiva, trazendo transtornos aos estudantes que acabam por não desenvolverem suas aptidões físicas. Neste sentido, para que se possa incentivar o esporte e levar o lazer aos jovens do Distrito de Jangada, é fundamental a colaboração dessa Pasta.

#### REQUERIMENTO Nº 433

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Domingos Tarço Murta Ramalho, Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANEASTADO, solicitando a instalação de um Posto do BANEASTADO no Município de Guamiranga.

Guamiranga é um município novo, criado pela Lei nº 11.203 de 16 de novembro de 1995, desmembrado do município de Imbituva, estando portanto, na sua primeira administração que espera do BANEASTADO a sua parcela de contribuição.

No município, não há nenhum Banco, o que causa transtornos à sua população, que tem que se deslocar para outros centros para qualquer atendimento bancário.

Esta é uma reivindicação do povo do município.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Domingos Tarço Murta Ramalho, Di-



retor Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESE, solicitando a instalação de um Posto do BANESE no Município de Fernandes Pinheiro.

Fernandes Pinheiro é um município novo, criado pela Lei nº 11.266 de 21 de dezembro de 1995, desmembrado do Município de Teixeira Soares, estando portanto, na sua primeira administração, que espera do BANESE a sua parcela de contribuição.

No município, não há nenhum Banco, o que causa transtornos à sua população, que tem que se deslocar para outros centros para qualquer atendimento bancário.

Esta é uma reivindicação do povo do município.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 443

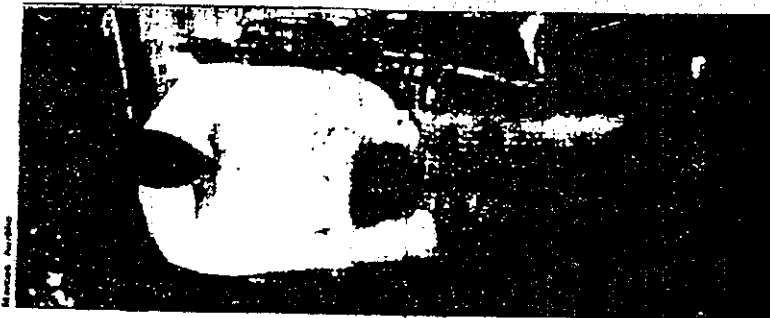
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Martins de Oliveira, solicitando imediata apuração dos fatos (anexo) e punição dos responsáveis.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

# Vigia foi espancado por policiais



**O**vigia Pedro Souza da Silva (v. foto) esteve no Fórum de Casca-vel para denunciar ao promotor Saulo Ramon Ferreira que ha viado espancado violentamen- te por uma equipe de policiais civis que queriam forçá-lo a con- fessar sua participação no assal- to à empresa em que trabalha, a Polina Distribuidora de Alimen- tos. "Eles me levaram para uma salinha lá na delegacia e bate- ram sem dó. Depois disseram que se eu fizesse algum tipo de denúncia iriam me achar em qualquer lugar", relatou Pedro Silva ao promotor público. Ou- vido por A Cidade, o delega- do-chefe da 15ª SDP, Osni do Carmo Lemes, disse que quan- do tomar conhecimento oficial da denúncia, irá "tomar as pro- vidências cabíveis em relação aos supostos agressores". Mais Polícia na pág. 06

PROMESSA

DENÚNCIA



O MARIA HELENA e "uma" criança, contemplando o céu.

## Lar "Pequeno Peregrino" pede apoio da comunidade



O motociclista Antonio Marcos Rocha de Assis sofreu ferimentos generalizados na tarde de ontem, depois que sua Honda de placas AGM 2981 chocou-se com um caminhão dirigido por Luiz Siniski.

## TRANSPORTE



ESTE CAMINHÃO está preservando 2.029 quilômetros de estradas

## Duplicação da 277 chega em no máximo seis anos

A duplicação da BR 277, no trecho entre Cascavel e Santa Teófilo, com o programa de concessão de rodovias para a iniciativa privada, o governo do Estado está viabilizando a readequação de trechos de estradas que interligam as principais cidades do Paraná. O chamado Amel de Integração Entre as Rodovias que terão um "atrito"...

# A Cidade

Cascavel, 19 de Fevereiro de 1997 - Página 08 - Polícia/Geral

Os adolescentes J.A.P., M.A.S. e S.R.K., todos de 13 anos e residentes no Jardim Tamará, foram detidos e encaminhados ao 2º Distrito Policial depois de furtarem expressiva quantidade de legumes de um veículo de entrega.

# Vigia acusa policiais de agressão

O vigia Pedro Souza, da Silva, procurou na manhã de segunda-feira os promotores públicos Saulo Ramoa Ferreira, denunciando agressões físicas por parte de policiais da IESDP. Ele afirma ter recebido socos no estômago, pauladas na cabeça e no joelho, além de ter sido asfixiado com plástico sobre a cabeça.

Sem identificar os supostos agressores, o vigia disse em seu depoimento que o motivo seria a suspeita por parte dos policiais de que era o culpado por um assalto ocorrido a empresa em que trabalha na segunda-feira da semana passada, quando a Polina Distribuidora de Alimentos foi visitada por amigos do alheio.

"No sábado seguinte, dois policiais foram na minha casa e disseram que eu deveria voltar à delegacia lá na set."

de que era o culpado por um assalto ocorrido a empresa em que trabalha na segunda-feira da semana passada, quando a Polina Distribuidora de Alimentos foi visitada por amigos do alheio.

"disseram que se eu denunciasse ou procurasse o IML (Instituto Médico Legal), eles me achariam onde quer que eu estivesse".

O delegado-chefe da IESDP, Osmildo Carneiro Lemes, disse à reportagem de A Cidade que não tinha conhecimento do fato até o momento, mas quando fosse comunicado oficialmente tornaria as medidas cabíveis em relação aos supostos agressores. Já o promotor público Saulo Ferreira afirma que irá verificar a veracidade da denúncia com exames de corpo delito e em seguida, se confirmada, seguirá os procedimentos punitivos de acordo com a lei.

## Abuso de poder ou arbitrariedade. Não é possível calar, omitir é consentir

LUIS EZEQUIEL PORFIRIO  
Defensor

Como diria a Xuxa na sua carcaça língua (que tantos pais e professores, inconsequentemente, deixaram crianças e adolescentes "vermiculizar" no seu dia-a-dia) do "x": "Xeiamos xen-

paranaense. Ocorre que a democracia, pelo que parece, nem sempre serve aos direitos da cidadania, ainda que a legislação assim como a Constituição Federal favoreçam o cidadão.

A arbitrariedade como sóia em todas as áreas, especialmente no que se refere ao setor policial - com a omissão de autoridade -

o espaço reservado aos pais do "primeiro mundo" (se é que eles realmente existem!). Há muito tempo eu não ouvia dizer que um cidadão havia sido agredido, espancado ou torturado pela polícia para confessar um crime. Mas um vigilante da Polícia está fazendo esta acusação o

confissão ou mesmo novas com

REQUERIMENTO Nº 445

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de expediente a Embaixada da Bélgica, para que esta em nome deste Parlamento, envie cumprimentos a Fundação Rei Balduino por ter premiado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Solicita também o envio de cópia deste requerimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 446

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando as seguintes informações, sobre precatórias trabalhistas;

1 - No ano de 1995 o Governo do Paraná empenhou, em reais, qual o valor (montante)?

2 - No mesmo ano qual foi o valor efetivamente pago?

2.1 - Quais foram os funcionários ou ex-funcionários que receberam e qual o valor recebido por cada uma.

3 - No ano de 1996 o governo do Paraná empenhou, em reais, qual valor (montante)?

4 - No mesmo ano qual foi o valor efetivamente pago?

4.1 - Quais foram os ex-funcionários e funcionários que receberam, e o respectivo valor recebido por cada um.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 432

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos anais da presente sessão de matéria publicada no Jornal Gazeta do Povo, sob o título "Lerner, Montadoras e Paraná 12 Meses", páginas 7, dia 19 de março de 1997.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 101/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Delegacia de Amparo ao Idoso no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Tem o Estado o dever de prestar assistência social às pessoas idosas. Contudo, essa responsabilidade é mútua entre Estado e Sociedade. Essa cooperação torna-se necessária já que o Estado possui os meios concretos para a realização desta tarefa e a sociedade é o canalizador das necessidades preçpuas dos idosos. Como dispositivo constitucional a assistência social será prestada em conjunto entre Estado, sociedade e família, dando amparo aos idosos, assegurando-lhes par-

ticipação, assim como, integração na comunidade. O idoso não deve ser visto como peso morto para a sociedade. Uma sociedade consciente valoriza seus membros mais idosos, pois deles obtém experiência e sabedoria que só a vivência pode fornecer. Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 102/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Delegacia de Amparo ao Idoso no Município de Cornélio Procopio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Tem o Estado o dever de prestar assistência social às pessoas idosas. Contudo, essa responsabilidade é mútua entre Estado e Sociedade. Essa cooperação torna-se necessária já que o Estado possui os meios concretos para a realização desta tarefa e a sociedade é o canalizador das necessidades preçpuas dos idosos.

Como dispositivo constitucional a assistência social será prestada em conjunto entre Estado, sociedade e família, dando amparo aos idosos, assegurando-lhes participação, assim como, integração na comunidade.

O idoso não deve ser visto como peso morto para a sociedade. Uma sociedade consciente valoriza seus membros mais idosos, pois deles obtém experiência e sabedoria que só a vivência pode fornecer.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 103/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Delegacia de Amparo ao Idoso no Município de Santo Antonio da Platina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Tem o Estado o dever de prestar assistência social às pessoas idosas. Contudo, essa responsabilidade é mútua entre Estado e Sociedade. Essa cooperação torna-se necessária já que o Estado possui os meios concretos para a realização desta tarefa e a sociedade é o canalizador das necessidades preçpuas dos idosos.

Como dispositivo constitucional a assistência social será prestada em conjunto entre Estado, sociedade e família, dando amparo aos idosos, assegurando-lhes participação, assim como, integração na comunidade.

O idoso não deve ser visto como peso morto para a sociedade. Uma sociedade consciente valoriza seus membros mais idosos, pois deles obtém experiência e sabedoria que só a vivência pode fornecer.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 104/97

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Pau D'Alho - Ensino de 1º Grau Regular, com sede e foro na Cidade de Assaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

## JUSTIFICATIVA.

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Pau D'Alho - Ensino de 1º Grau Regular, existe em função das necessidades da comunidade escolar, principalmente da parcela mais carente.

Como bem esclarece o relatório de atividades anexo ao presente, as ações desenvolvidas pela APM estão voltadas a soluções dos problemas quotidianos da escola e, além dos recursos arrecadados com promoções junto à comunidade local, há que se ressaltar que a APM necessita de repasses de valores da parte de órgãos públicos, estaduais e federais e, para poder se habilitar junto aos mesmos, precisa da lei de Utilidade Pública.

Portanto, por entender como justo e para atender ao que acima expus, conto com a aprovação da presente lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados fazem 2 ou 3 sessões consecutivas que o Deputado José Maria tem ocupado esta tribuna, para criticar a postura de policiais da Cidade de Ibiporã e fazer comentários a respeito da violência que tem tornado conta daquela cidade após o assassinato de um cidadão de Ibiporã. Ontem sobre a mesa, havia um requerimento que votamos de autoria do Deputado Edson L. da Silva, também colocado em discussão a questão da violência no interior do Estado, por espancamento de um outro cidadão e parece que a Secretaria de Estado e Segurança não tem dado o respeito necessário, não tem imposto o respeito necessário aos policiais ligados aquela Secretaria. Temo que o Secretário de Segurança esteja perdendo o controle, tanto da Polícia Civil, quanto da Polícia Militar, uma vez que são cenas que estão vindo a público sobre a violência e outras tantas, não tem sido discutidas neste Parlamento, ou não tem sido vinculadas nos meios de comunicação, apesar de estar existindo. O jornal a Cidade de Cascavel, no dia 19 de fevereiro passado, diz que o vigia Pedro de Souza da Silva, o Promotor Público Saulo Ramão Ferreira, denunciaram as agressões físicas de policiais da 15ª Delegacia de Polícia. Diz o Sr. Pedro de Souza, que recebeu socos no estômago, pauladas na cabeça e no joelho, além de ter sido asfixiado com plástico sobre a cabeça; diz ele que o motivo seria suspeita de parte de alguns policiais que ele estaria envolvido, num assalto na Empresa a qual trabalha, após esta suspeita dois policiais, segundo o vigia Pedro, foram até a casa dele levaram-no à Delegacia e lá, dentro de uma sala, diz o Sr. Pedro, que bateram sem dó. Não podemos admitir que atos dessa natureza, comecem acontecer em todo o nosso Estado, desta Tribuna ou nesta Casa nas últimas sessões, o terceiro caso de violência que vem à tona por um ou outro Deputado. Inclusive com assassinato.

Apresentamos um requerimento pedindo ao Secretário de Segurança, que apure as responsabilidades e

puna os culpados. Não só neste caso, mas em todos os casos de violência que têm ocorrido neste Estado. Porque se for mantida a atual política de desrespeito ao direito de cidadania, de desrespeito ao cidadão, se for mantida a atual política de violência onde qualquer policial, fardado ou não, achar-se dono da verdade e da justiça e a partir daí passa a fazê-la com suas próprias mãos, estaremos vivendo no maior sistema de injustiças que se pode ter. E isso não pode começar a acontecer no nosso Estado. Outros Estados da Federação já têm a violência esparramada, já existe o desrespeito à cidadania, já existe a violência dentro das corporações policiais. E aqui em nosso Estado está num crescente, porque a Secretaria de Segurança não age com a devida firmeza necessária.

Aqui, em nome desse vigia: Pedro de Souza da Silva, fazemos também o nosso protesto e cobramos justiça.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Professor Romeu Gomes de Miranda.

O SR. ROMEU GOMES DE MIRANDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Deputado Rosinha que intercedeu para que pudéssemos usar deste Expediente. Falo aqui em nome não só dos professores do Paraná, mas em nome hoje, da Frente Paranaense em Defesa dos Serviços Públicos. Não vim, aqui, com nenhum objetivo de dar aulas sobre matéria, mas é preciso tirar a nuvem que ronda esse conceito de serviço público.

O que é o serviço público? O próprio nome já está dizendo: aquilo que é pertencente ou destinado ao povo. E se todos compreenderem, entenderem que é disso que se trata da retirada daquilo que se deve ao povo, tenho certeza que poderemos nos somar na defesa do povo. Porque não é por outra razão que esta Casa existe. E em nome do povo que este Parlamento existe, povo de quem este Parlamento se mantém e mantém todos os poderes. Não são as elites que mantêm os poderes do Estado, pelo contrário, é do trabalho árduo e suado dos milhares de trabalhadores e dentre eles os trabalhadores do serviço público, que os poderes se mantêm. Numa audiência em junho de 95, com o governador Jaime Lerner, o Secretário de Finanças - Miguel Salomão, dizia que metade das empresas do Paraná não saldavam seus impostos. Isto significa dizer que metade dos empresários não pagam seus impostos. Portanto, a grande maioria do povo é quem carrega os Estados e o Paraná com seu trabalho. E é na defesa deste povo portanto, e destes trabalhadores que à frente vem fazendo hoje no Brasil inteiro um trabalho de ilustração e de combate as reformas que estão entrando no Congresso Nacional, para passar como um trator por cima dos serviços públicos, e por cima do povo.

Estamos aqui, não para falar aos Senhores sobre o teor da reforma porque os Senhores sabem muito bem disso. Isto não é necessário, mas é necessário gritar, conchamar para que se somem a nós, os trabalhadores do serviço público, não em defesa da corporação, mas em defesa do povo em nome do qual os Senhores foram eleitos.

Quando viemos aqui dizer que este trabalho, esta política de "terra arrasada" que se instalou no País, é uma política de extermínio, não é apenas um discurso de retórica das esquerdas. Se os Deputados ainda não prestaram atenção é bom que prestem, porque estamos vivendo não apenas um momento de uma nova política econômica, estamos vivendo uma nova guerra mundial. É uma guerra contra os pobres, contra os fracos, contra os velhos, contra as crianças, contra aqueles que não produzem, ou aqueles que não consomem.

É aí que entra o machado do neoliberalismo, cuja

idéia central é desregular tudo, para poder fazer o trabalho de exploração sem nenhuma oposição.

Quando digo que é uma guerra de extermínio, não é retórica da esquerda. Tenho em minhas mãos o livro "Erro" de Adams Smith, escrito por um economista inglês, e ele transcreve palavras textuais de Thomas Malthus, o 2º Papa, o primeiro é Adam Smith, de 1768, por aí, quando Thomas Malthus escreve um opúsculo, um livreto e não tem coragem de por o seu nome, porque o que ele escreve ali é aterrorizante demais, e ele escreve o seguinte:

Para ilustrar que não é retórica da esquerda, classificar a política neoliberal e globalizante como política de extermínio, leio em 4 tópicos o que diz Thomas Malthus, um dos ideólogos mais respeitados do capitalismo. Ele fez no seu texto "Ensaio sobre a população". "O único meio para eliminar o pauperismo é eliminar as reformas humanitárias que permitiam aos pobres se manter e multiplicar". Diz mais a frente: "Devo propor uma regulamentação a ser feita, declarando que nenhuma criança nascida de qualquer casamento deva jamais ter direito a qualquer assistência da municipalidade".

Não satisfeito ainda, o Senhor Malthus que era um perigo, vai em frente e diz, com respeito aos filhos ilegítimos: "Não se deve permitir-lhes que tenham qualquer direito à assistência da municipalidade". E, para fechar este ensaio do terror, ele diz: "A criança é comparativamente falando de pouco valor para a sociedade, dando que outros imediatamente ocuparão o seu lugar". Esta é uma política de extermínio, e a política de extermínio se instala quando se arrasa com os serviços públicos, porque aí, nós servidores e nós, povo, que não teremos condições de ir a uma Amil, a Golden Cross, a uma empresa qualquer de serviço privado de saúde. Quando batemos às portas do SUS, ou no nosso caso aqui no Paraná, do IPE, lá não encontramos guarida, e o resultado, só nos resta a condenação à morte, às vezes lenta, às vezes abrupta, às vezes nas filas, às vezes nos corredores dos hospitais.

Portanto, não é pouca coisa que estou dizendo aqui. Portanto, não é uma retórica da esquerda, é uma guerra de extermínio.

E quem arma a mão de Fernando Henrique e Antônio Carlos Magalhães que capitaneiam Projetos das Reformas no Congresso Nacional, é Nova Iorque, é Londres, é Paris, é enfim o centro do capitalismo financeiro.

Quando Jacques Chirac esteve, recentemente, no Brasil, quando a conversa derivou para o fim das proteções, do protecionismo dos produtores franceses e a impossibilidade da entrada de produtos brasileiros lá na França, Jacques Chirac levantou-se e disse: "Que infelizmente tinha que ir até o Uruguai, e não poderia ficar". Mas o Brasil é uma porta aberta à sanha dos interesses internacionais, e os serviços públicos são um entrave, porque precisam urgentemente lucrar com esses serviços públicos que hoje, são gratuitos, como o transporte, como saúde, como educação.

E nesse particular, o neoliberalismo não está lá em Brasília, ele está em todas as esferas da sociedade, aqui no Estado do Paraná o Governo Lerner também provoca esta política, três exemplos muito simples. Portanto, não adianta ficar olhando para Brasília ou para o Fernando Henrique ou para o Antônio Magalhães temos que olhar aqui, muito perto de nós.

Quando os professores que passaram num concurso público foram chamados para fazerem exame de saúde, o Estado contrata uma empresa de Foz do Iguaçu para fazer isso, abrindo mão de toda a sua estrutura de saúde que tem, gratuitamente, e, diga-se de passagem, foi um péssimo exame de saúde.

O Estado do Paraná, Governo Jaime Lerner faz um Projeto de capacitação dos professores, e traz do Rio de

Janeiro uma empresa chamada de Centro de Educação Avançada, pagando três milhões trezentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais, para que esta empresa promova onze cursos. E as nossas instituições de Ensino Superior, aqui, que poderiam fazer isso gratuitamente, aonde estão? Estão aí fora. Estão aí na praça fazendo um acampamento porque elas lutam pelas...

Aqueles que dizem como Adam Smith e Thomas Malthus, "Papas do Capitalismo, Papas do Liberalismo" agora Neoliberalismo, quando eles diziam "uma mão invisível do mercado controlaria tudo". É uma grotesca mentira.

A propósito disto, um economista também inglês Hermam Dayli diz que "Aqueles que depositam toda a sua fé na mão invisível do mercado, acabarão levando um pontapé do pé invisível".

Portanto, Srs. Deputados, esta história vem de longe, só que agora não há nenhuma oposição forte a nível internacional, então rompesse todas as barreiras para atacar os países, acabar com o conceito de nação e destruir os serviços públicos e lucrar à vontade, e o preço desse lucro é a morte daqueles que não produzem, a morte das crianças e dos velhos e o desemprego.

Para concluir, nós dos Serviços Públicos conclamamos os Deputados do Paraná, independente da Bancada, independente do Partido, que somem-se a esta luta, vocês podem, os Senhores podem dizer não. Mas, não precisa dizer não, gritando lá para Brasília, digam não aqui mesmo, nos Projetos anti-Pátria, anti-Estado, anti-Povo, anti-Humano, que o Governo Lerner vem produzindo.

Portanto, é aqui que se trava a batalha, também.

Quero concluir em nome dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, "Venham conosco, travemos juntos este combate". Para que quando os Senhores terminarem este período na Assembléia Legislativa, possam dizer, de cabeça erguida, consciência tranqüila e espinha ereta, que não se curvaram e que podem até dizer, como disse São Paulo na 2ª Epístola: "Completei a corrida, combati o bom combate". É isso o que esperamos. Muito obrigado pelo espaço e espero que possamos formar uma frente única em defesa dos serviços públicos, do povo, do Paraná e da Nação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores

Deputados, eu queria deixar registrada a minha preocupação com relação à segurança pública em nossa região. Tenho assistido aqui muitos companheiros nossos, debatendo os problemas que têm ocorrido no Paraná com relação à segurança. O Município de Irati e outros da nossa região, também não fogem à regra, com relação à falta de segurança, principalmente no que diz respeito à delegacias de polícia. Não é nem tanto com a Polícia Militar. Em Irati não existe praticamente nenhuma semana que não seja noticiado através da imprensa, assaltos, roubos, pequenos e grandes furtos. Para se ter uma idéia, de janeiro a fevereiro, mais de 4 ou 5 caminhões foram roubados no Município de Irati. Há outros furtos e roubos que acontecem semanalmente. Recentemente tomei conhecimento através da imprensa de Irati, que a delegacia de polícia e aqui fica alerta ao Secretário de Segurança Pública, - que a delegacia de polícia está com o posto de gasolina sem pagar há muito tempo, que a alimentação para os detentos que estão cumprindo pena na delegacia de Irati, o armazém, o supermercado já cortou o crédito e assim vai. São as coisas

que estão acontecendo lá. Agora recentemente tomei conhecimento do que está acontecendo em Rebouças e estão aqui os representantes do povo daquela comunidade e alguns deles, principalmente o Vereador Elias me repassava com os demais, sem delegado, sem escrivão de polícia e à mercê do tempo e da sorte da marginalidade que campeia em toda a região.

Estou fazendo este comentário nesta tarde, porque em Irati já pedi um levantamento completo de todos os assaltos, roubos de carros, caminhões que foram feitos nesses últimos meses e vou trazer aqui, documentação esta problemática. Vou trazer do Município de Rebouças, também e dos demais municípios da nossa região, porque não é possível estarmos passando por uma dificuldade extrema no setor econômico, mas principalmente no que diz respeito à segurança que é um dos deveres mais importantes do Estado e não podemos ficar passivos e nos omitir, quando a comunidade toda está perecendo a cada noite e a cada dia que passa.

O Sr. Élio Rusch - Vossa Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Na verdade, a segurança preocupa toda a população e a nossa região do oeste, mais especificamente, o extremo do oeste do Paraná, os municípios ao lado de Itaipu, viviam então até o ano passado, os momentos mais difíceis de segurança na sua vida. A imprensa não só regional, a nacional tem divulgado para o Brasil inteiro, os constantes assaltos ocorridos naquela região. Eram agricultores que foram assaltados e não só assaltados, violentados, a mãe de família foi violentada na presença do seu marido, na presença dos seus filhos, as mais tristes cenas foram efetuadas pelos marginais e pelos assaltantes. Nós sabemos que a preocupação grande que V.Exa. traz na Sessão de hoje é a segurança, que afeta hoje a tranquilidade e a paz da comunidade que o Sr. representa aqui na Assembleia Legislativa. Eu por uma questão de justiça devo reconhecer aqui na Assembleia Legislativa o trabalho que o Secretário de Segurança Pública Candinho, através da determinação do Governador Jaime Lerner tem realizado na nossa Região. Felizmente com a instalação da patrulha Rural e mais outros serviços que foram instalados na nossa Região, podemos dizer hoje que voltou em parte a paz e tranquilidade para os agricultores da nossa Região e porque não dizer de quase toda a comunidade. 100% nós nunca vamos resolver o nosso problema e tenho certeza, como o próprio Secretário de Segurança Dr. Candinho nos disse semana passada, com a aquisição das outras viaturas que estão sendo entregues hoje para a Polícia Militar, mais de 500 viaturas, não só opalas e outros carros de passeio como se diz também veículos Toyotas que serão colocados para patrulhar o Paraná todo e eu tenho certeza que o alerta que V.Exa. faz na tribuna no dia de hoje, sem sombra de dúvida, deverá ser atendido também pelo Sr. Governador e gostaria muito que em breve V.Exa. pudesse voltar aqui na Casa, ocupar a mesma tribuna e falar as mesmas palavras que falamos, porque por inúmeras vezes eu ocupava esta tribuna ainda no governo passado, quando o Requião era Governador e denunciava os abusos, os assaltos que eram constantes na nossa Região e hoje por uma questão de justiça devo ocupar este microfone e dizer que grande parte dos nossos problemas que afetam a segurança foram resolvidos através da Segurança Pública. Muito Obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Eu queria na verdade deixar registrado estes fatos lamentáveis que estão acontecendo na nossa Região e nós vivemos nesta época o momento da Campanha da Fraternidade aonde os nossos pensamentos, as nossas orações voltam-se para o encarcerado, para os presos, para os detentos, para

aquele que está cumprindo pena e nesta época principalmente a Igreja como um todo através de suas lideranças tem adentrado nas Delegacias de Polícia, feito levantamentos, contatando os presos até porque estão fazendo um papel religioso mais agora do que nunca em função da Campanha da Fraternidade. Então, a preocupação não é somente com aquele que está preso lá dentro, porque se ele já está atrás das grades cumprindo pena, automaticamente, mais hoje ou mais amanhã ele acaba tendo a sua liberdade normalmente. O problema hoje, que nós temos na nossa Região são com o roubo de veículos, caminhões, principalmente. Em Irati durante os últimos meses 4 ou 5 caminhões, que é uma cidade pacata, que é um Município ordeiro me parece que existe uma rede, uma quadrilha com passagem forte, com alguns esquemas que passam por Irati e a nossa Região. São caminhonetes destas F4.000, são caminhões, enfim, é uma coisa assustadora e isto é claro cria um clima de mais alta tensão dentro da nossa região e principalmente do Município de Irati. E o que me chama a atenção foi exatamente, quando tomei conhecimento que o Delegado de Polícia havia comunicado a Regional de Ponta Grossa que está sem gasolina, está sem condições nenhuma de fazer um trabalho de perseguição ou mesmo de busca e assim por diante, com os veículos roubados e a prisão dos ladrões. Mas este é um assunto que vou tratar na próxima semana, porque pedi um levantamento dos últimos 6 meses da Delegacia de Irati, como também da Delegacia de Rebouças e das demais, para ver se nos demais municípios está acontecendo a mesma coisa.

Antes de encerrar, gostaria de dizer mais uma vez aqui, que o Movimento Paradista da BR que liga Irati a Rebouças feito na sexta-feira passada deu resultado, hoje mesmo eu tinha contato com o pessoal de Ponta Grossa, me parece que nos próximos quarenta dias, não é mais cinquenta dias, vão começar o acostamento de Irati até Rebouças, tendo em vista os inúmeros acidentes que tem ocorrido lá. Em seguida, nós vamos desencaixear o mesmo movimento para que se faça o acostamento também de Rio Azul até o Município de Rebouças, aonde seguidamente nós nos deparamos lá com graves acidentes naquelas curvas e naquela estrada. E na continuação, porque assim não dizer aos Deputados do Oeste e do Sudoeste do Paraná: fiquem atentos, fiquem alertas. Nós precisamos interromper a BR-277 no trecho principalmente de Irati até o Relógio. É humanamente impossível se trafegar ali a qualquer hora do dia, pior ainda durante a noite. Estamos de cabelos brancos, já há seis anos estamos denunciando o abandono naquela estrada através desta tribuna, se fala que está no orçamento do Governo da União, vão lá, faz-se o levantamento, coloca-se os engenheiros, medem, faz-se de tudo; vão embora, passa mais um ano, dois anos e o recapeamento, a melhoria naquele trecho não é feito. Os Deputados da região lá de Foz do Iguaçu, Cascavel, de vocês que passam por ali, temos que nos unir para interromper aquele tráfego ali por algumas horas durante a semana, fazer com que realmente o Governo Federal, que é de responsabilidade dele, e se for do Governo do Estado, se existir um convênio que seja de responsabilidade do Governo do Estado, também sentir de perto o drama que passa toda a população nossa lá e os senhores que ali trafegam todas as semanas. Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças: PSDB com a palavra, Declina.  
PFL Declina.  
PT com a palavra, Doutor Florisvaldo Fier.



O DR. ROSINHA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, no dia 14 de março seguiram para a Bélgica os companheiros Egidio Bruneto, da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; a companheira Ivanete Tonim, conhecida como Nina, da Coordenação Nacional também do movimento sem-terra; e o Bispo Dom José Gomes de Chapecó, Santa Catarina. Foram para a Bélgica para que na data de 19 de março, justamente hoje, receberem o prêmio da Fundação Rei Balduino, concedida ao movimento sem-terra dos trabalhadores rurais do nosso País. Movimento este que tem enfrentado as políticas neoliberais do Governo Fernando Henrique Cardoso e dos seus seguidores a níveis estaduais, movimento este, que tem lutado contra a exclusão social e tem lutado pela inclusão de cidadãos abandonados pelo Estado, abandonados de todas as políticas: de saúde, de educação, abandonados, sem direito e absolutamente nada. O movimento Sem-Terra, defendendo o direito desses trabalhadores, defendendo o direito à terra tem dado exemplo para toda a sociedade brasileira que toda e qualquer conquista só é feita com muita luta, e no caso desses companheiros inclusive com derramamento de sangue, com os assassinatos de Corumbiara, com os assassinatos aqui no nosso Estado ainda bastante recente em Rio Bonito do Iguazu.

Nos últimos dias, a imprensa nacional tem noticiado que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez várias retaliações ao governo belga, pelo fato do Movimento Sem-Terra ter recebido esse prêmio. E diz os companheiros do Movimento Sem-Terra, hoje, eles tomaram também já conhecimento, que durante todo o processo de escolha, o governo brasileiro pressionou para que o MST não recebesse esse prêmio, ou seja, não fosse a entidade escolhida. Sabemos que para o Governo de Fernando Henrique Cardoso, que não deseja a política de Reforma Agrária, que não deseja o desenvolvimento no campo, com maior produção agrícola, sabemos, que a ele não interessa a premiação do MST. Quando eu digo que não interessa o desenvolvimento no campo, eu quero dizer que não interessa a FHC uma maior inclusão, ou seja, do maior número de trabalhadores na produção agrícola do nosso País, por que se o desejasse, faria a Reforma Agrária.

Nós sabemos que ele não a deseja, também por sua própria postura diante de uma política agrícola pública, praticamente inexistente, quando estamos vendo os pequenos agricultores abandonando as suas propriedades para ir para a cidade.

Não só Fernando Henrique Cardoso faz a nível nacional, mas também os governos estaduais, e, no nosso Estado, é exemplo de não apresentar uma proposta séria, concreta e executável de uma política para o atendimento dos pequenos agricultores.

Nós queremos que este Parlamento se manifeste através de nossa autoria, junto à Embaixada da Bélgica, um voto de louvor à Fundação Rei Balduino, por ter escolhido uma entidade, que realmente tem lutado pela justiça social, pela justiça no campo, e pela Reforma Agrária no nosso País, que é o MST.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - PT com a palavra; PDT; PMDB; Liderança do Governo.  
Encerrado o Horário das Lideranças.  
Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, ofício subscrito pelo Senhor Diretor Presidente do BANESEDO, constante do expediente, encaminhando a esta Casa, os nomes dos administradores do referido Banco, e de suas empresas coligadas e controladas.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Cesar Silvestri, na qualidade de líder do PSDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados para comporem as Comissões Permanentes da Bancada, nesta Casa.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Ademar Traiano, na qualidade de Líder e Vice-Líder do PTB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados que farão parte das Comissões desta Casa.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/95, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que institui o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.S.P. e C.E.C.E. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) Sessões. - Aprovado. Fica, portanto adiada a discussão do Projeto de Lei nº 041/95, por 10(dez) sessões.

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/95, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo a criar o Colégio Agrícola Metropolitano e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.E.C.E. e C.A.J.C.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) Sessões. - Aprovado. Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, o Projeto de Lei nº 152/95.

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que concede o Título de Cidadã Benemérita do Paraná, a Senhora Emília de Salles Belinati. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Especial de Demissão Voluntária, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) Sessões. - Aprovado. Fica, portanto adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, o Projeto de Lei nº 419/95.

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/95, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que dispõe sobre a concessão de Gratificação a Servidores que se ocupem de atividades de pesquisa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..

VEIS DA C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 83/95, de 29.06.95.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 263/95

PARECER:

O Projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Belinati, tem por objetivo conceder gratificação a servidores que se ocupem de atividades de pesquisa.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que há respaldo legal, para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis.

Nosso parecer, é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.08.95.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 263/95

PARECER:

Chega a esta Comissão de Finanças, o Projeto de Lei supra marginado, de autoria do nobre Deputado Antonio Belinati, que visa conceder gratificação aos servidores que se ocupem de atividades de pesquisa.

Tendo sido submetido a douda Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável a sua tramitação.

No âmbito desta Comissão, não vislumbramos nenhum óbice à sua tramitação, tendo em vista tratar-se de Projeto autorizatório, prevendo inclusive sua regulamentação através de Decreto.

Assim, opinamos favoravelmente ao presente Projeto de Lei.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 23.09.95.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Desenvolvimento de Recursos Humanos com a função de elaborar e acompanhar a política de Recursos Humanos do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 110/95, de 04.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 349/95

PARECER:

O presente Projeto de lei nº 349/95, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Desenvolvimento de Recursos Humanos tem a função de elaborar e acompanhar a política de recursos humanos do Estado do Paraná.

Na justificativa o autor diz com bastante clareza os propósitos do seu Projeto, com vantagens da existência de um conselho desta natureza, que são inúmeras e certamente trarão grandes benefícios à comunidade paranaense, além de retomar a prática democrática nesse setor.

Analisando a Proposição, entendemos que a mesma deva ter seu encaminhamento normal. Por esta razão, o nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.95.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ANTONIO ANNIBELLI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do

Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia da presente Sessão, por 10 (dez) Sessões. - Aprovado. Fica, portanto adiada a discussão do Projeto de Lei nº 349/95, por 10(dez) Sessões.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a instituir atendimento médico especializado às pessoas da terceira idade nos hospitais estaduais. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., e C.S.P. e C.S.. Aprovado (Publ. no D.A. nº 122, de 25.09.95.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 373/95

PARECER:

O Projeto de lei em tela é meramente autorizatório e vem de encontro às necessidades sociais em apoio à terceira idade.

Sob o aspecto legal, constitucional e de técnica legislativa, esta relatoria não vê nenhum impedimento para sua normal tramitação, até final deliberação pelo doudo e soberano Plenário.

Recebe, portanto, o PARECER FAVORÁVEL  
É o relatório.

Sala das Sessões, em 03.10.95.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 373/95

PARECER:

O Projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir atendimento médico especializado às pessoas da terceira idade nos hospitais estaduais.

Esta Comissão, no âmbito de suas atribuições, manifesta-se favoravelmente à aprovação do referido Plano de Lei,

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.95.  
(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
SÂMIS DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE  
PROJETO DE LEI Nº 373/95

PARECER EM SEPARADO

A proposição em epígrafe, autoriza o Poder Executivo a instituir atendimento médico especializado às pessoas de terceira idade nos hospitais estaduais.

Embora louvável a preocupação do autor, o projeto é inócuo, em função do SUS - Sistema Único de Saúde - já garantir este tipo de atendimento, além de não deter força coercitiva, por ser autorizatório.

Todavia, a proposição poderia ser melhor aproveitada, se abordasse programas de atendimento, como forma de sugestão ao secretário da Pasta. Os geriatras e gerontólogos, com certeza, se ouvidos, poderiam indicar uma série de serviços que poderiam ser prestados pelo Estado, também de forma preventiva, para melhor assegurar à assistência médica a 3ª idade. Direito este fundamental e garantido por nossas Cartas Magnas nos arts. 230 e seus parágrafos, da Constituição Federal e 223, 167 e 168 da Estadual.

Contudo, manifesto-me favoravelmente ao presente plano de lei, para não obstaculizar a iniciativa.

Sala das Comissões, em 04.12.95.  
(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
ORLANDO PESSUTI - Relator



Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 373/95 por 10 (dez) Sessões.

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 408/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo, implantar campanhas sobre educação sexual, nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 135/95, de 16.10.95).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 408/95

##### PARECER:

O Projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a implantar campanhas sobre educação sexual na rede estadual de ensino, de 1º e 2º graus.

Considerando tratar-se de projeto meramente autorizatório e ainda que as campanhas educativas nele referidas são de caráter eventual, não se caracterizando como conteúdo curricular, não encontramos óbices de natureza legal ou constitucional que possam sobrestar a sua normal tramitação. Indiscutível seu alcance social, eis que, após transformado em Lei e devidamente regulamentado pelo órgão competente do Estado, sem sombra de dúvida, transformar-se-á em valioso instrumento de esclarecimento e orientação à nossa juventude.

O parecer, portanto, é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14.12.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

##### PROJETO DE LEI Nº 408/95

##### PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo implantar campanhas sobre Educação Sexual, nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, do Estado do Paraná.

A proposição em tela já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes entende ser da maior importância a implantação de campanhas educativas sobre educação sexual aos estudantes das escolas públicas estaduais do nosso Paraná, tendo em vista o alarmante aumento de casos de AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis entre os nossos adolescentes. Existe, outrossim, o grande problema de jovens que engravidam por desconhecer métodos anticoncepcionais, trazendo com isso dificuldades imensas para o futuro das mesmas.

Assim sendo, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 408/95, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.06.96

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente

IRONDI PUGLIESI - Relatora

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Por solicitação do ilustre Deputado Cezar Silvestri, registramos a presença, em nosso meio do Prefeito do Município de Campina do Simão, Sr. Hamilton e sua esposa, Dona Fátima.

A Mesa, juntamente com o Deputado Silvestri, recebe-os com satisfação.

Sobre a mesa, requerimento nº 432, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Em votação.**

Adiado na forma regimental a pedido do Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de pedir a retirada do meu pedido para discutir no requerimento da transcrição nos anais da Casa, gostaria de votar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes faremos a votação do requerimento do Deputado Toti Colaço. **Aprovado.**

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Apenas para esclarecer, qual é o Requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Transcrição nos Anais da Casa de um artigo da Gazeta do Povo.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro a V. Exa. que faça a leitura do Requerimento.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Lê):

"Súmula: Requer transcrição nos Anais da presente Sessão, da matéria publicada no Jornal Gazeta do Povo."

O Deputado Romanelli pede que seja ouvido o Plenário, transcrição nos Anais, sob o título: - a Gazeta do Povo publicou - "Lerner, Montadora e Paraná 12 Meses". É um artigo publicado pelo Senador Roberto Requião nesta quarta-feira, 19 de março de 1997, o qual mostro ao Plenário, um artigo publicado na Gazeta do Povo, pelo Senador Roberto Requião.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Requeiro a V. Exa. que deixe a votação desse requerimento para o final da Sessão, tendo em vista que o autor, Deputado Romanelli, está fazendo uma entrevista - para que ele possa fazer o encaminhamento da votação.

Solicito a V. Exa. que transfira a votação para o final da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Atendida a solicitação de V. Exa.

(Prossegue a leitura de Requerimentos)

Requerimento nº 446, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 395, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Sr. Secretário fará a contagem dos Parlamentares na verificação de votação.

Senhores Parlamentares queiram levantar-se. Oito Senhores Deputados aprovam.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Só quero informar a Bancada Governista que a rejeição desse documento nos embasa para uma ação judicial que estamos lidando com base nas Atas de todas as Sessões da Assembleia Legislativa e todos os requerimentos de informação rejeitados estamos entrando com uma ação na justiça.

Então, não nos preocupa mais o fato de a Bancada Governista rejeitar requerimento. A questão, formal, vamos buscar no Judiciário o direito de cidadão à informação.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Deputados que rejeitam queiram levantar-se: Vinte e quatro Deputados rejeitam. Rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 416, de autoria do Sr. Deputado Caio Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 417, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, com apoio do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 418, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 422 a 425, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 426 a 429, de autoria do Sr.

Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 430 e 431, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 433 e 434, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 440, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Sâmis da Silva, Luiz Accorsi, e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 443 a 445, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli, inclusive antes de conceder a palavra, cumprimento pela segunda-feira, o nascimento do primogênito Bruno. Com a palavra o ilustre pai.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - É, na verdade essa semana estou em estado de graça, porque é uma emoção mesmo fantástica podermos ter um filho, o Bruno não é primogênito é o terceiro. Mas é uma grande alegria que recebemos.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pedi a transcrição desse artigo, Senhor Presidente, e se V. Exa. me permitisse para encaminhar a votação de acordo com o Regimento, gostaria de ler na íntegra o artigo que tem como título: "Lerner, Montadoras e Paraná 12 Meses", o artigo tem o seguinte teor. (Lê):

Gazeta do Povo - 7.ª página

Curitiba, quarta-feira, 19 de março de 1997

## "Lerner, montadoras e Paraná 12 Meses"

Roberto Requião

O governo do estado se recusa a explicar o enredo do **Leasing**. Também não explica os motivos do encontro do governador Jaime Lerner com o dono da corretora Boa Safra, objeto de verificação e investigação na CPI dos **Banqueiros**. Ao contrário, acusa o **Leasing**, senador do povo do Paraná, com a acusação de que está prejudicando os agricultores paranaenses ao não aprovar o chamado programa Paraná 12 meses.

As **finas**. Não há prosseguimento da **revisão** e autorização pelo Senado Federal do pedido de empréstimo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - porque o governo não apresenta os contratos das participações do estado na instalação da **Refriger**, **Chrysler** e **Audi**.

Não há condições mínimas de aprovar o pedido de **financiamento** sem avaliar o nível de comprometimento financeiro do estado. A recusa do governador em fornecer os contratos com as empresas levanta suspeitas de que as **finanças** do estado devem ficar **perigosamente** comprometidas nas próximas anos. Mas há uma questão ainda

mais particular nessa situação reclama da **pelo governador**. Por desconhecimento, incapacidade financeira, ou por má fé, o governo não faz iniciar os prometidos investimentos na agricultura através deste programa.

É regra básica num acordo de **empréstimo** com bancos internacionais, o **BID**, e também o **BID**, autorizar os governos a iniciarem o programa e os investimentos antes mesmo de aprovado e assinado o contrato. Quando isto ocorre solicita-se o reembolso dos valores antecipados. Governador, isso chama-se **retroatividade** de financiamento. Será então que o **experimentado** governador não sabe disso? Ou é a **incapacidade** financeira? É sabido, mas abafado pelo governo, que a situação financeira do estado é **alarmante** e **perigosa**, como não ocorria há décadas. **Foram** bloqueados 100% dos **honorários**, **condições** **em** **serviço** **de** **gestão** **contábil**, **pela** **a** **força** **financeira** **do** **governo** **em** **95** **e** **96** **foi** **grande**. Se é esse o caso é possível entender por que o governo não inicia esse programa para agricultura.

Será má fé? Estaria o governo escondendo do Senado Federal e da po-

pulação os contratos sigilosos por **conterem** **cláusulas** **financeiras** **que** **não** **seriam** **aceitas** **por** **aquelas** **que** **têm** **atenção** **com** **os** **recursos** **públicos** **e** **contribuem** **com** **impostos**? O argumento de que é "segredo de estado" não se aplica nestas coisas. Quando se trata de **analisar** **contingências** **financeiras** **em** **diálogo** **público**, o **segredo** **é** **ilegal** **e** **inadmissível**.

Não há motivos para esconder **estratégias** **quanto** **a** **empresas** **já** **instaladas**. Já se decidiu a **implantação**, portanto, não há mais **concorrência** **com** **outros** **estados**. O governador Jaime Lerner conhece bem os termos dos **contratos**. Ele patrocinou viagens, **estúdios** **e** **empregos** **na** **França**. Só não vão à **Bélgica**, onde a **Renault** **faz** **carros** **e** **desempregos** **mais** **de** **três** **mil** **operários**.

Bem, temos alguns elementos para **imaginar** **porque** **o** **governador** **do** **estado** **não** **inicia** **o** **Programa** **Paraná** **12** **Meses** **e** **dá** **uma** **agricultura** **e** **os** **municípios** **que** **dão** **dispendios** **abandonados**. A população, os **vereadores**, os **prefeitos** **do** **Paraná** **não** **são** **ingênuos** **como** **imagina** **o** **governador** **e** **sabem** **muito** **bem** **que** **a** **produção** **de** **feijão**, **do** **algodão**, **da** **soja**, **do** **café** **não** **se** **expande** **com** **desenhos** **de**

**pranchetas** **e** **publicidade**. E muito menos, **com** **mentiras**.

O **envolvimento** **do** **Banestado** **no** **esquema** **de** **negociação** **dos** **dívidas** **e** **um** **outro** **episódio** **dessa** **mesma** **assustadora** **e** **triste** **história** **do** **governo** **do** **Paraná**. É esta questão **terá** **que** **ser** **respondida** **com** **a** **verdade**. Para isso o Senado **realiza** **uma** **CPI** **que** **comparará** **peças** **para** **responder** **estas** **questões**. A CPI **investigará** **com** **profundidade** **a** **força** **financeira** **do** **governo**, **que** **um** **sustentar** **a** **muita** **dos** **precatórios** **e** **debêntures** **no** **Banestado**, **está** **financiando** **estados** **julizados**, **como** **é** **o** **caso** **de** **Alagoas** **que** **há** **seis** **meses** **não** **paga** **seus** **funcionários**.

O governador afirma que precisa do Paraná 12 Meses para financiar a agricultura, mas usa os recursos do Banestado e do povo paranaense para financiar a fraude, a corrupção, a roubo **bilhões** **com** **milhões** **públicos**. Que **ganha** **reputação** **de** **que** **estes** **recursos** **não** **realmente** **financiar** **os** **produtores** **rurais** **do** **Paraná**? Ou serão utilizados em mais uma fantasia, como por exemplo, a Universidade Virtual das Américas, onde apenas os **contracheques** **de** **assessores** **do** **governador** **não** **são** **virtuais**!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é o artigo da lavra do Senador Roberto Requião, publicado pelo Jornal Gazeta do Povo, nesta quarta-feira 19 de março de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem concedo a palavra ao Deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, qual é o teor do Requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Transcrever nos Anais da Casa. Já está transcrito.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Acredito que

não há necessidade de votarmos o Requerimento. No momento que foi lido já foi transcrito nas notas taquigráficas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, gostaria de retirar a votação do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Requerimento deferido pela Mesa. Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. VALDIR ROSSONI - Para Encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Líder do Governo, Valdir

Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, não tinha ouvido, foi retirado o Requerimento do ilustre autor?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Foi retirado o Requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar) - Só gostaria de responder, la encaminhar este Requerimento, para pedir aos nobres Parlamentares que não aceitassem esse Requerimento. Porque este Requerimento tem a cara do Ferreirinha. Este Requerimento tem a cara de quem levou...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente...

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente gostaria que V. Exa. me assegurasse o direito da palavra...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra está assegurada Pela Ordem ao ilustre Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni.

Logo em seguida concedo a V. Exa. Mas solicito ao ilustre Deputado Líder do Governo que o Requerimento foi retirado e que V. Exa. tem o pleno e livre arbítrio de falar dentro daquilo que...

O SR. RENATO ADUR - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Requeiro que seja retirado, seja excluído das notas taquigráficas o termo, as palavras proferidas pelo Senhor Deputado com relação ao Ferreirinha.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, quero dizer a V. Exa. que não concordo com a retirada das minhas palavras e quero, só para encerrar, gostaria muito de discutir esse requerimento, porque teríamos as respostas porque não iríamos aprovar um requerimento em cima de inverdades. As mentiras do Senador Requião para nós nunca foram verdades. É este o meu encaminhamento, Senhor Presidente. Não concordo com a retirada da minha posição e este documento tem a cara do Ferreirinha.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência tem que ter equilíbrio...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - (Faz soar os tímpanos).

Retirada a expressão final do ilustre Líder do Governo.

É com satisfação que a Mesa Executiva registra em nome do ilustre Deputado Nelson Garcia, a presença do Prefeito de Tapira, Wagner Batista, que aqui conosco convive nesta tarde.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Renato Adur e em seguida, ao Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, queria fazer um apelo nesta Casa.

É legítimo e a democracia nos permite o pronunciamento de cada Parlamentar. O nobre Líder do Governo, Deputado Rossoni, meu amigo pessoal que tem sob a sua responsabilidade a condução da liderança do governo nesta Casa, acho que o diálogo, Deputado Rossoni, acho que o bom senso...

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, não procede a Questão de Ordem, não estou aqui para levar "puxão de orelha" de ninguém.

O SR. RENATO ADUR - A questão do bom senso deve prevalecer nesta Casa. Temos procurado nos pautar de uma maneira democrática, a nossa Bancada tem procurado colaborar com o Governo em muitas questões, agora, não podem querer, "botar um esparadrapo" na nossa boca, Deputado Alborghetti.

Acho que o princípio da democracia deve prevalecer. Acho que o respeito ao cidadão que temos ao Deputado Rossoni e a qualquer Parlamentar nesta Casa, deve ser o princípio básico do nosso Legislativo.

Portanto, Senhores Deputados, vamos pedir calma, coerência e vamos trabalhar, cada um defendendo a sua ideologia, seu ponto de vista e os seus princípios, mas jamais querer baixar o nível nesta Casa, levantando ou trazendo problemas dos sarcófagos do mundo para este Plenário.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, fui citado e só gostaria de dar uma explicação ao Deputado Adur que também defendo a democracia. Agora, quando um Parlamentar vem aqui e lê um papel escrito pelo Senador Requião, transcrito pelo conceituado Jornal, oferecendo...

O SR. RENATO ADUR - Um conceituado Jornal como a Gazeta do Povo.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, eles não gostam de ouvir a verdade. Está aí.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra, Pela Ordem, ao Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, não encerrei o meu encaminhamento de ordem. Gostaria de dizer ao Deputado Adur que no momento em que as considerações lidas pelo Deputado Romanelli foram aqui feitas em nenhum momento interrompi a palavra do ilustre Parlamentar. Cada vez que este cidadão e este Parlamentar quer fazer a defesa da sua posição, é aí que prevalece a democracia, não posso fazer, porque há Parlamentares que não gostam - apesar do passado - de ouvir as verdades.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra está com o Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Senhor Presidente, evidentemente que o Jornal "Gazeta do Povo" é um Jornal respeitado, um Jornal que sabe o que faz. Talvez o Jornal que tenha dado uma oportunidade ao Senador "sub judice" Roberto Requião, de se expressar. Quantas CPIs tiverem, Senhor Presidente, que venham, - inclusive a CPI falando dos desvios de dinheiro da Prefeitura de Curitiba pelo então Prefeito Roberto Requião - que vou fazer. Daí quero ver se terei apoio da Posição e da Oposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrada a Sessão, convoco outra Sessão, amanhã, Ordinária Secreta à tarde às 14:30 horas. E pela manhã Sessão Extraordinária às 10:00 horas da manhã.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Requeiro de V. Exa. que me forneça as notas taquigráficas da acusação feita ao Senador "sub judice" Roberto Requião, procedida nesta Casa pelo suplente de Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (Pela Ordem) - Pelo

Deputado Horácio Rodrigues. Idade não quer dizer nada!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência tomou assento a esta Casa, a este Poder na condição de titular da cadeira pela ausência do nosso Prefeito de Ponta Grossa, Jocelito Canto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Secreta para quinta-feira, dia 20 às 14:30 horas, com os Senhores Secretários de Estado da Fazenda e os Diretores do BA-

NESTADO e Secretário de Estado do Esporte e Turismo, acompanhado de Assessores, marca ainda uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 24 à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 401/95.  
2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 263 e 408/95.

Levanta-se a sessão.